



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO - 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

4º TRIMESTRE - 2014

ÍNDICE

I - INFORMAÇÃO

II - INTRODUÇÃO

III - FONTES DE CRITÉRIO, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

IV - CONCLUSÃO



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

I – INFORMAÇÕES

PRESIDENTE: Remo Figueiredo de Moraes

Endereço: R. Jackson de Figueiredo, n° 03, Muribeca-SE

Período do Exame: **01/10/2014 à 31/12/2014.**

II – INTRODUÇÃO

Em cumprimento o mandamento Constitucional, e as disposições da Lei Complementar n. ° 101/2000 realizamos o exame das despesas da Câmara Municipal de Muribeca, relativas ao período de em **01/10/2014 à 31/12/2014**, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n. ° 206/2001, de 1.º/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n. ° 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n. ° 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;
- Lei Complementar n. ° 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

- Lei Municipal n.º 314 de 01 de Julho 2013 Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 – LDO;
- Lei Municipal n.º 318 de 23 de Dezembro de 2013 – Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2014 – LOA;
- Lei Municipal n.º 319 de 23 de Dezembro de 2013 (Quadriênio 2014 / 2017) – Dispõe sobre o Plano Plurianual de Aplicação – PPA;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de **01/10/2014 à 31/12/2014** e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Obras e Reformas;
- Licitações;
- Restos a pagar.

REPASSE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO CORRENTE



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

O repasse mensal efetuado pela Prefeitura Municipal deste Município está de acordo com a Emenda Constitucional n.º 25/2003, de 15/02/2003 à Constituição Federal e Resolução n.º 211/2001, de 27/12/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no que se refere ao controle da Remuneração de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

ACUMULADO ATÉ JUNHO/ 14	
Repasse	52.790,57
Repasse acumulado até o 4º trimestre 2014	633.486,84

CONTRATOS E / OU PROCESSOS LICITATÓRIOS

Analisando-os devidamente, declaramos a sua regularidade, quanto ao aspecto formal.

CONTABILIDADE

Os balancetes mensais foram entregues e estão devidamente assinados, foram analisados, e estão regulares.

CONCURSO PÚBLICO

Durante o quarto trimestre de 2014, não foi realizado nenhum concurso público.

ALMOXARIFADO

O Almojarifado encontra-se completamente atualizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TC-160/92, com a



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

emissão do "Demonstrativo das Variações Patrimoniais" para fins de compor o Balanço Geral deste Poder Executivo.

Mantém o Almojarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques, através de fichas de prateleiras, que acusam o estoque atualizado de cada componente.

OBRAS E / OU REFORMAS

Na rubrica "Obras e instalações", nada foi liquidado no período.

ALMOXARIFADO

O Almojarifado encontra-se atualizado até a presente data.

PATRIMÔNIO:

O livro de patrimônio encontra-se devidamente atualizados e com as devidas plaquetas numeradas.

No trimestre em análise não foi adquirido nenhum bem móvel e não houve Obra ou Reforma realizada no Prédio desta Câmara de Vereadores.



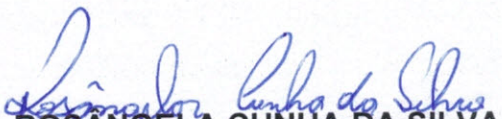
Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

V - CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais da Câmara Municipal de MURIBECA, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder Legislativo, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n.º 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; A fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a disposição dos Órgãos de Controle Externo.

CAMARA MUNICIPAL DE MURIBECA (SE), 31 de Dezembro de 2014.


ROSÂNGELA CUNHA DA SILVA

Controle Interno

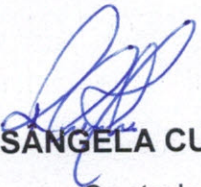


Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 4º trimestre de 2014, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Câmara Municipal de Muribeca, 31 de Dezembro de 2014.


ROSÂNGELA CUNHA DA SILVA
Controle Interno